



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sr. Pedro Uczai PT/SC)

Requer a realização de audiência pública, para debater a Reforma do Sistema Financeiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, para debater a Reforma do Sistema Financeiro.

JUSTIFICATIVA

Para retomar o desenvolvimento da Nação, distribuir renda, riqueza e poder concentrados em poucas mãos e promover justiça social, o Brasil precisa caminhar firmemente para reformas estruturais na sua estrutura econômica, política e social.

A concentração bancária, que está no nível mais alto da história, é uma das razões pelas quais as famílias e pequenas empresas têm dificuldade para conseguir empréstimos, pagam taxas de juros altas, contam com poucas opções de investimentos e pagam caro por serviços bancários em geral.

Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander respondem, juntos, por R\$ 4 de cada R\$ 5 movimentados no país. O R\$ 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

restante é dividido entre cerca de 150 instituições, que normalmente atuam em áreas específicas, como financiamento de carro ou empréstimo para médias empresas.

Os lucros dos bancos atingem patamares estratosféricos, cerca de aproximadamente 62 milhões de brasileiros devem às instituições financeiras.

Mecanismos da política monetária do Banco Central, como taxa de juros elevadíssimas, remuneração da sobra de caixa, emissão excessiva de títulos tem agravado a dívida pública.

A elevação da taxa básica de juros Selic de 7,25% (2013) para 14,25% (2015-2016), combinada com o aumento do volume dos Depósitos Voluntários no Banco Central, remunerando R\$ 1 trilhão da sobra de caixa dos bancos, gerou escassez de moeda na economia e elevou brutalmente as taxas de juros de mercado, inviabilizando o crédito e provocando a falência de milhões de empresas, o aumento do desemprego e a queda do PIB em mais de 7% em 2015-2016, e segue estacionado.

A remuneração diária da sobra de caixa dos bancos tem sido feita mediante a utilização abusiva das chamadas Operações Compromissadas. Tais operações existem em todo o mundo e visam controlar o volume de moeda em circulação na economia, tarefa a ser desempenhada pela autoridade monetária, a fim de evitar ataques especulativos ou influência no controle inflacionário.

No entanto, no Brasil tais operações têm caráter peculiar, diferente do que ocorre no mundo todo. Em primeiro lugar, o volume dessas operações no Brasil chega a quase 20% do PIB (atingiram R\$ 1,324 trilhão em abril/2019), sem paralelo no planeta, devido aos evidentes danos que provoca: escassez brutal de moeda no mercado, empurrando as taxas de juros para patamares elevadíssimos, impedindo o funcionamento de toda a economia. Adicionalmente, o Banco Central do Brasil remunera essa montanha de recursos diariamente, com a taxa de juros mais elevada do mundo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

A desarrumação total das finanças do governo, a rolagem da dívida pública e a política de privilégio às instituições financeiras, com fixação de taxas de juros exorbitantes, estão levando a economia nacional ao estrangulamento.

Nesses termos, apresento esta proposta de audiência pública, com o objetivo de debater o alto custo do crédito, a especulação financeira, os juros de mercado, a utilização abusiva e escandalosa das chamadas Operações Compromissadas, com escopo de debater medidas que possam possibilitar às indústrias, empresas, trabalhadores, população em geral o acesso a crédito barato, para viabilizar assim a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e renda e, conseqüentemente, o crescimento da arrecadação tributária, colocando fim à essa crise provocada que enfrentamos.

Por ser de extrema necessidade e oportunidade rogo aos nobres pares que aprovelem o presente requerimento.

Sala de Comissões, de de 2019.

Dep. Pedro Uczai (PT/SC)